



COMUNIDADE CIENTÍFICA REAGE A EXPURGOS POLÍTICOS DE BOLSONARO

Página 7

HIPPERTT



UNIDADE CONTRA A INTERVENÇÃO

Entidades representativas de professores, estudantes e técnicos de instituições federais de ensino se articulam contra ordem judicial que impõe retorno presencial na próxima terça-feira, 16. A medida desconsidera as condições estruturais e sanitárias de cada unidade acadêmica.

EDITORIAL

UNIDADE E RESPONSABILIDADE PARA UM RETORNO SEGURO

DIRETORIA

O retorno presencial imediato, imposto pela Justiça, é o tema central desta edição do **Jornal da AdUFRJ**. Embora não estivesse na pauta original, foi também o assunto dominante da sessão do Consuni de quinta-feira (11), em que se discutiram formas de retomar as atividades presenciais de maneira segura e gradual. No Consuni, o presidente da AdUFRJ, professor João Torres, descreveu os esforços de um conjunto de entidades para garantir que esse retorno ocorra com segurança e acolhimento para a comunidade acadêmica da UFRJ. Entre esses esforços estão a divulgação de uma carta pública em repúdio à imposição judicial de retorno imediato — assinada por AdUFRJ, Andes SN/RJ, Adecefet/RJ, Adunirio, Adur, SINDSCOPE, DCE Mário Prata, APG/UFRJ e Fenet — e um encontro com um procurador do Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, na quarta-feira (10), para tratar da questão. Toda a movimentação da semana em torno desse tema — incluindo o recurso da UFRJ contra a decisão — você confere nas páginas 3, 4 e 5.

Como um contraponto à tensão dos últimos tempos — e dos que virão —, temos a estreia da coluna Equilíbrio, na página 8. Assinada pela vice-presidente da AdUFRJ, Mayra Goulart, professora de Ciência Política (IFCS/UFRJ) e de Yoga, a coluna se propõe a ser um espaço de reflexão sobre nosso bem-estar físico e mental — algo que ficou particularmente abalado na pandemia. Um espaço de acolhimento, que pretende tratar de medos, traumas e sentimentos, e discutir formas de reduzir o sofrimento por meio de práticas que aumentem nossa conexão com o mundo e que estimulem nossa consciência.

Vamos também tratar nesta edição de dignidade. Na matéria da página 7, abordamos a reação da comunidade científica aos expurgos políticos perpetrados pelo presidente Jair Bolsonaro contra os cientistas Adele Schwartz Benzaken e Marcus Vinícius Guimarães de Lacerda, excluídos, depois de agradecidos, da lista da Ordem Nacional do Mérito Científico de 2021. Marcus foi excluído porque conduziu um dos primeiros estudos clínicos que comprovaram a ineficácia da cloroquina no tratamento precoce de pacientes com covid-19. E Adele perdeu a comenda porque, quando era funcionária do Mi-



nistério da Saúde, elaborou uma cartilha com instruções de prevenção contra o vírus HIV para pessoas trans. No Consuni de quinta-feira (11), o conselheiro e professor Ricardo Medronho, diretor da AdUFRJ, falou sobre a perseguição política contra os dois cientistas e divulgou uma carta de repúdio, já assinada por 57 professores eméritos da UFRJ, que reproduzimos na íntegra em nossa matéria.

Falaremos, por fim, de diversidade. Em nossa matéria da página 6 aprofundamos a pesquisa, divulgada este mês pelo portal de notícias G1, que mostra um aumento significativo no número de alunos pretos e pardos na UFRJ desde a adoção do sistema de cotas, em 2014: 71%. O avanço dessa política de inclusão é motivo de comemoração. Em 2013, um ano antes da adoção do sistema, os alunos que se autodeclaravam negros e pardos somavam 21,3 mil, e esse número saltou para 36,6 mil em 2020. O percentual entre alunos negros e pardos em relação aos alunos brancos também mudou bastante. Em 2013, os negros e pardos representavam 24,7% do total, contra 51,2% de brancos; em 2020, esses percentuais foram de 35,5% e 40%, respectivamente. Boa leitura!

SINDICATO LANÇA SÉRIE DE DEBATES DOIS PONTOS

A AdUFRJ lançou a série de debates Dois Pontos nesta sexta-feira, 12. A intenção do sindicato de professores da UFRJ é mostrar a diversidade e pluralidade de visões sobre temas polêmicos, com discussões enriquecedoras e respeitadas. O primeiro assunto foi a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserrh). E os dois convidados foram a professora Carla Luzia Araújo, diretora da Escola de Enfermagem Anna

TEMA DO DEBATE: EBSERRH

DOIS PONTOS

CONVERSAS SOBRE TEMAS POLÊMICOS, COM PLURALIDADE E RESPEITO

SEXTA • 12 DE NOVEMBRO • 17H

PROFESSORA CARLA LUZIA
DIRETORA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM ANNA NERY

PROFESSOR ROMILDO BOMFIM
DOCENTE DA FACULDADE DE MEDICINA E EX-DIRETOR DA ADUFRJ

TRANSMISSÃO:
TV ADUFRJ
youtube.com/adufjrj

■ O PROGRAMA ADUFRJ NO RÁDIO DESTA SEMANA recebe Mayra Goulart, professora do IFCS, e Ricardo Medronho, professor emérito da Escola de Química, diretores do sindicato. Na conversa, a preparação da UFRJ para a volta presencial. E ainda: professores eméritos da UFRJ publicam uma carta contra a decisão do governo de excluir dois cientistas da lista de agraciados com a Ordem Nacional do Mérito Científico. O programa também destaca um aumento de 71% dos alunos pretos e pardos na universidade, desde a adoção das ações afirmativas. O AdUFRJ no Rádio vai ao ar todas as sextas-feiras, às 10h, com reprise às 15h, pela Rádio UFRJ (www.radio.ufrj.br) e também está disponível em seu agregador de podcasts favorito.



AdUFRJ
no Rádio



CONVÊNIOS

■ Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufjrj.org.br.

RIO DE JANEIRO



MAPLE
BEAR
TIJUCA



MIT
CUIDADORES



ACADEMIA
TIJUCA FIT



MADONA
CLINIC

Psicare PSICARE



FISIOTERAPIA
RJ LTDA



CRECHE
AMANHECENDO



CRECHE ESCOLA
RECRIAR



CESTA
CAMPONESA DE
ALIMENTOS
SAUDÁVEIS



ROÇA URBANA
ORGÂNICOS



JC LUZ
CORRETORA



ESCOLA
ALFA



CLÍNICA
ESTAÇÃO
CORPORAL



HUMANA
CLÍNICA
MULTIDISCIPLINAR

“Volta às aulas não é passe de mágica”



KELVIN MELO E SILVANA SÁ
comunica@adufjrj.org.br

Todos desejamos fortemente a volta às nossas salas de aula, corredores e secretarias. Mas não será num passe de mágica, por meio de decisão judicial, que as dificuldades serão superadas. O trecho faz parte de carta assinada por entidades representativas dos docentes, técnicos e estudantes da UFRJ, UniRio, Cefet-RJ, Rural, e Pedro II em resposta à liminar do desembargador Marcelo Pereira da Silva. A sentença, monocrática, determinou o retorno do ensino presencial nas instituições até o dia 16 de novembro. A íntegra da carta pode ser lida ao lado.

Presidente da AdUFRJ, o professor João Torres defende que a unidade diante da atual conjuntura precisa ser muito maior que eventuais divergências políticas entre as entidades. “É preciso fazer um discurso de unidade real e colocá-lo em prática, superando as diferenças”, avalia. “Precisamos juntar todas as forças políticas da universidade e de fora dela para que essa unidade de fato aconteça”.

No último dia 10, as entidades também se reuniram com o procurador Paulo Fernando Corrêa, da Procuradoria Regional Federal da 2ª Região. A vice-presidente da AdUFRJ, professora Mayra Goulart, acompanhou o encontro. “A contradição sobre voltar já e voltar respeitando protocolos precisa ser encarada. É incompatível voltar sem planejamento e atendendo a critérios científicos”, explicita Mayra.

“Embora o ensino remoto não seja do nosso agrado, a gente não pode aceitar uma precarização ainda maior das nossas condições de trabalho e ensino”, afirma a professora. “Não queremos que volte de qualquer maneira. Sobre tudo, não que-

remos que volte aceitando e acentuando essa precarização”. A mobilização já rendeu os primeiros frutos. No dia seguinte à reunião com as entidades, Paulo Fernando protocolou no TRF-2 um pedido de esclarecimentos sobre a decisão do desembargador, os chamados “embargos declaratórios”. O documento sintetiza as preocupações expostas pelas representações das comunidades acadêmicas das instituições citadas na ação. “O pedido questiona o desembargador sobre o atendimento aos protocolos de segurança e questiona como instituições tão diferentes podem comprovar o atendimento às medidas de segurança”, explica Ana Luísa Palmisciano, advogada da AdUFRJ.

Professor do IFCS e representante da Secretaria Regional Rio do Andes, Markos Klemz destaca a importância da ação conjunta: “Nosso problema não é falta de desejo de retornar presencialmente. Pelo contrário, há um consenso que é insustentável e negativo pedagogicamente esse ensino remoto que fomos levados a fazer”, diz. “O que falta são os meios, em função dos cortes orçamentários”, completa.

CONTRA O COLAPSO

Uma das grandes preocupações dos professores, explicita João, é em relação ao planejamento didático e de turmas. Ele dá exemplos. “Física 1 ou Cálculo 1 têm mais de dois mil alunos. Uma disciplina dessas envolve de 20 a 30 professores, 30 salas com cerca de 80 pessoas por turma, envolve diversas unidades acadêmicas. Como seguir as recomendações sanitárias neste caso?”, questiona. “Será preciso, no mínimo, triplicar o número de salas. Não há um jeito óbvio de fazer isso. A UFRJ nem tem sala para isso”, observa.

João também reforça que a resolução mais recente aprovada pelo Conselho Universitário

CARTA PÚBLICA EM REPÚDIO À IMPOSIÇÃO JUDICIAL DE RETORNO PRESENCIAL IMEDIATO DE ATIVIDADES DE ENSINO

Durante toda a Pandemia da Covid-19, as comunidades de instituições públicas de educação básica, técnica e superior enfrentam o desafio de conciliar suas funções sociais e o respeito às normas de segurança sanitária necessárias para poupar vidas. Servidoras, servidores e estudantes vêm superando as adversidades e reinventando seu funcionamento de forma remota: as pesquisas continuaram e incluíram a própria pandemia como objeto; atividades de ensino continuam; além das atividades de extensão, incluindo desde a produção de álcool em gel e inúmeros cursos livres ofertados até o acolhimento de questões psíquicas ocasionadas pelo isolamento social e pelas mortes provocadas pela covid. Toda essa experiência trouxe a certeza de que o ensino remoto tem sido uma inevitabilidade indesejável e de que nenhuma virtualidade substitui a qualidade da educação pública presencial.

Como defensores da ciência, batalhamos pelo processo de vacinação para toda a população e acompanhamos a melhoria progressiva nas condições sanitárias, e estamos já retornando de forma gradativa nossas atividades presenciais, planejando a ampliação do retorno a todos de forma responsável e segura. Planos de contingência ao retorno presencial gradual e seguro estão em desenvolvimento e é preciso que o Governo Federal cumpra sua responsabilidade: é fundamental o investimento público para a recuperação infra-estrutural e compra de EPIs pelas instituições, além do debate sobre protocolos de segurança e passaporte de vacinação.

Recentemente, um agravo de instrumento a partir de decisão monocrática no âmbito do TRF-2, contrário à decisão da primeira instância, determinou o retorno das atividades de ensino presenciais no exíguo prazo de 15 dias a partir da intimação. Essa decisão, acompanhada da ameaça de sanções cíveis, administrativas e penais, configura-se como um ataque à autonomia das instituições e ameaça às vidas humanas. Em que consistiria precisamente o ensino híbrido sugerido pela decisão judicial? Como operacionalizar esse retorno em apenas duas semanas face às dificuldades objetivas enfrentadas pelas instituições de educação pública, no que diz respeito à diversidade de calendários acadêmicos, cortes orçamentários, problemas de infra-

estrutura física e à reconfiguração das condições de vida das comunidades universitárias e escolares, em especial no que tange a estudantes?

Em contraste com os pesados cortes de financiamento para a educação pública, é preciso adaptar as instalações de ensino, garantindo a ventilação das salas de aula. Contratos de terceirização foram rompidos por determinação do governo federal, gerando carência de mão de obra para garantir medidas de higiene básicas. Diante disso, tampouco há garantia de alimentação de crianças e adolescentes em idade escolar ou funcionamento dos refeitórios universitários. A política de assistência estudantil como um todo está debilitada: é incerta a possibilidade de acomodação total dos alojamentos estudantis; a secretaria de transporte do Rio de Janeiro acena com até 8 meses de demora em retomar o bilhete único universitário; diversos discentes encontram-se fora do Estado do Rio de Janeiro vivendo com suas famílias, sem condições de retornar de forma imediata à universidade, ainda mais sem os auxílios estudantis que foram suspensos e ainda não restabelecidos. Por fim, a política do cuidado precisa ser considerada, pois muitos hoje cuidam de parentes doentes e precisam de tempo para reorganizar suas vidas.

Todos desejamos fortemente a volta às nossas salas de aula, corredores e secretarias. Mas não será num passe de mágica por meio de decisão judicial que as dificuldades serão superadas. Pelo contrário, a ameaça de sanções penais num prazo extremamente restrito apenas poderá causar um retorno prematuro e mal planejado, atropelando o respeito às especificidades de cada instituição e mesmo ameaçando o acesso isonômico ao direito à educação. Por isso, reivindicamos que a decisão judicial em vigor seja suspensa, permitindo que o debate sobre as condições de retorno ao ensino presencial de forma responsável e autônoma seja reestabelecido nas escolas e universidades.

Assinam esta carta:

ANDES-SN/RJ
ADCEFET/RJ-Ssind
ADUFRJ-Ssind
ADUNIRIO-Ssind
ADUR-Ssind
APG-UFRJ
SINDSCOPE
DCE/UFRJ
FENET

sobre o retorno presencial foi construída com participação da AdUFRJ, do Sintufjr e de representações estudantis. “A AdUFRJ é a favor do retorno presencial dos cursos práticos, conforme o plano inicial. Não

consideramos razoável uma mudança além desse planejamento e vamos fazer todo o esforço para evitar que este plano seja atropelado. É preciso resguardar nossa comunidade de um colapso”, afirma.

CONSELHO DE REPRESENTANTES

A AdUFRJ convocou reunião do Conselho de Representantes no próximo dia 22, 14h, para debater o retorno presencial. Será a primeira reunião do novo CR.

“NÃO CONSEGUIMOS VOLTAR 100%”

As incertezas da comunidade acadêmica sobre o retorno presencial determinado pelo desembargador do TRF-2 mudaram os rumos do Consuni do dia 11 e obrigaram a mudança da pauta da reunião — o assunto não estava incluído. “Não conseguimos voltar 100%, mas a decisão judicial não deixa margem para não voltarmos”, afirmou o vice-reitor da UFRJ, professor Carlos Frederico Leão Rocha,

reitor em exercício. Os limites do retorno em cada local, explicou o dirigente, estarão relacionados aos protocolos sanitários e aos problemas de infraestrutura.

Pró-reitor de Finanças, o professor Eduardo Raupp lembrou que foi solicitado às unidades um plano de retorno e que a administração apresentou insumos para a realização da tarefa. “É preciso que as unidades

se mobilizem”, disse. “Temos um app que permite calcular a capacidade de (ocupação de) cada sala. Então ninguém está propondo um retorno presencial aventureiro, colocando as pessoas em risco”. Raupp informou ainda que a UFRJ manteve todos os contratos de limpeza e segurança, durante a pandemia. “Talvez uma das poucas que não cortou. Mantivemos com toda dificuldade. Vamos ter déficit?

Vamos”, alertou.

A reitoria também respondeu a questionamentos dos representantes estudantis sobre as medidas de apoio à permanência dos mais vulneráveis. E os problemas começam já no deslocamento para os campi da capital: o bilhete único universitário está suspenso pela prefeitura da cidade. Para minimizar danos, a UFRJ está remaneando recursos de investimentos em obras e vai oferecer 5 mil auxílios-transporte para os alunos, no valor de R\$ 300.

O bandeirão universitário, que hoje oferece 600 refeições no almoço e 250 no jantar, terá o atendimento ampliado a partir de terça-feira (16) para 1,2 mil no almoço e 400 no jantar.

Presidente da AdUFRJ, o professor João Torres informou ao Consuni as movimentações do sindicato no Judiciário (leia mais acima) contra a imposição do desembargador. “Vamos também solicitar ao nosso setor jurídico para que a AdUFRJ se torne parte interessada no processo”, afirmou. (Kelvin Melo)

FOTOS: FERNANDO SOUZA



NA MEDIDA DO POSSÍVEL

> Universidade se prepara para voltar, mas há severos problemas estruturais e sanitários em unidades acadêmicas. Mais de 41 mil alunos estão inscritos em 6.519 disciplinas de graduação

SILVANA SÁ E KELVIN MELO
comunica@adufrrj.org.br

A exigência da Justiça para que a universidade retome as aulas presenciais em todas as suas unidades de ensino até 16 de novembro esbarra na realidade. Enquanto alguns cursos fazem o possível para retomar parte das atividades de ensino, outros espaços não têm condições mínimas para receber alunos, professores e técnicos.

É o caso do Observatório do Valongo. A unidade tem cem alunos de graduação, 20 de pós-graduação, 16 professores e 13 técnicos-administrativos. Realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão, têm aulas teóricas e práticas. Mas a interdição de dois banheiros, um masculino e um feminino, impede a retomada do ensino no local.

“Nossa cota do orçamento participativo é muito pequena. Antes dos cortes, recebíamos R\$ 30 mil. Agora, nosso valor é de R\$ 16 mil”, reclama o diretor do Valongo, professor Helio Jaques Rocha-Pinto. Além do cobertor curto, a unidade sofre os efeitos da redução do número das chamadas unidades administrativas de serviços gerais, ou Uasg, na instituição. A medida partiu de uma imposição do governo federal no ano passado. Hoje, a Uasg responsável por centralizar as licitações e compras do Ob-

UFRJ APRESENTA DIRETRIZES PARA O RETORNO SEGURO

A PR-3 apresentou diretrizes para o retorno gradual das atividades presenciais da UFRJ, nesta sexta-feira. A ideia é que o documento sirva de base para que as unidades possam trabalhar a partir de suas especificidades. Servidores e estudantes que tiverem qualquer sintoma de gripe ou resfriado serão tratados como “casos suspeitos” e não deverão

comparecer à universidade. Nesses casos, será necessário avisar à chefia imediata ou à coordenação de ensino sobre a condição de saúde. Em caso de diagnóstico positivo, todas as pessoas que tiveram contato com a pessoa infectada deverão ser afastadas e encaminhadas para a testagem. O GT Coronavírus define como “contato de risco” toda pessoa que manteve proximidade menor que 1,5 metro de distância, por 15 minutos ou mais, de forma cumulativa, em um período de 24 horas com alguém infectado. Professores, técnicos e estudantes poderão realizar o teste de covid-19 no Centro de Triagem e Diagnóstico da UFRJ, localizado no Bloco N do Centro de Ciências da Saúde. O agendamento pode ser realizado diretamente no site do CTD: <https://agendamento.coronavirus.ufrj.br>. Os testes no CTD serão realizados com a comunidade acadêmica do Rio de Janeiro e de Duque de

#OrgulhoDeSerUFRJ

professor Rundsthen Vasques de Nader.

Na reunião do último Conselho Universitário, a pró-reitora de Graduação, professora Gisele Pires, informou que 41.218 alunos estão inscritos em 6.519 disciplinas para o semestre que começa na terça-feira, 16. “As Unidades Acadêmicas estão elaborando o plano de retorno gradativo e escalonado de suas atividades pedagógicas, respeitando as especificidades de cada curso e os protocolos de biossegurança. A graduação não está inerte”, disse.

AULAS PRÁTICAS

As unidades com cargas elevadas de aulas práticas estão se desdobrando para conseguir voltar presencialmente. “Com todo cuidado, o diretor Ronal Silveira está conseguindo adequar, com revezamento, as aulas práticas na Escola de Música”, informou a professora Maria das Graças dos Reis, representante dos Adjuntos do CLA no colegiado máximo da UFRJ. “Tenho 63 anos e voltarei, com revezamentos, vacinada com a segunda dose, esperando a terceira”, completou, ressaltando todos os problemas de infraestrutura da Escola.

VOLTA DA PÓS E DA EXTENSÃO

O Conselho de Ensino para Graduados finalizou esta semana a discussão de uma resolução que regulamenta o retorno gradual do ensino presencial para os cursos de pós-graduação, que têm calendário diferenciado da graduação. “O volume de aulas práticas na pós-graduação é pequeno, pois as atividades práticas normalmente ocorrem durante o período de desenvolvimento da pesquisa,

Diretora do campus Duque de Caxias, Juliany Rodrigues apresentou o planejamento local para os próximos dias, seguindo os protocolos de biossegurança. “Somos obrigados a voltar, mas somos obrigados a proteger o corpo social”, resumiu. Desde o dia 8, todos os setores administrativos funcionam com pelo menos uma pessoa, dependendo da área avaliada pelo app Espaço Seguro da UFRJ – divulgado na edição nº 1.201 do **Jornal da AdUFRJ**. “E a partir do dia 16, vamos oferecer seis disciplinas presenciais, com carga horária prática. Com um número pequeno de estudantes. Estamos planejando o retorno, de forma gradativa”, esclareceu.

PRAIA VERMELHA

Na Praia Vermelha, há exemplos como os da Faculdade de Educação e do Instituto de Economia, que organizam volta das aulas em salas do Palácio Universitário. O maior problema do campus está no aulário – estrutura de três andares formada por contêineres habitáveis. “O primeiro andar está inviabilizado para uso, não poderemos receber alunos no primeiro pav-

nos laboratórios e trabalhos de campo”, explica o superintendente acadêmico José Luis Lopes. “As aulas práticas são concentradas em alguns poucos cursos, como da área de saúde, que já retornaram as atividades, excepcionalmente, em sua maioria, em função de seu caráter essencial”, completou. No dia 22, o Conselho de Extensão Universitária vai debater e elaborar uma resolução para o retorno gradual da extensão ao

Caxias. A comunidade acadêmica de Macaé realizará a testagem no próprio município.

Em relação aos trabalhos de campo, a universidade recomenda que viagens a outros municípios só aconteçam mediante a observação da condição epidemiológica da respectiva cidade, de modo a minimizar os riscos para estudantes e professores.

A UFRJ fornecerá equipamentos de proteção individual para professores, técnicos e estudantes em situação de vulnerabilidade

mento, porque o piso afundou”, revela o vice-reitor da UFRJ, professor Carlos Frederico Leão Rocha. “O não cumprimento de decisão judicial configura improbidade. Mas, casos específicos, em que o retorno é impedido por questões estruturais, podem ser justificados perante a Justiça”, comentou o vice-reitor em relação aos problemas vividos pelo Valongo e na Praia Vermelha.

Outra área que requer atenção da universidade é o edifício Jorge Machado Moreira que, desde 2016, sofre com as consequências de um incêndio que atingiu o oitavo andar. O evento desalojou a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), a Escola de Belas Artes (EBA) e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur). Em abril deste ano, outro incêndio destruiu a Procuradoria e parte do setor de documentação da FAU. “Alguns desses problemas estão encaminhados para 2022, como obras nos 6º e 7º andares e licitação para obras no 5º e 4º andares, além de licitação para brigada de incêndio para janeiro e licitação para reforço dos pilares”, conta o vice-reitor.

VACINAÇÃO

Além da infraestrutura, a comunidade acadêmica se preocupa com os protocolos para a volta aos campi. Chefe de secretaria do Instituto de Psicologia, Manoel Alves do Nascimento não mais se justifica, diante do avanço da vacinação contra a covid-19 no estado.

A reitoria da UFRJ espera que o julgamento ocorra o mais rápido possível. “Estamos afirmando a necessidade de que haja celeridade, porque temos prazos, nosso calendário está correndo e há muitas coisas que não dependem de nós”, pontua o vice-reitor da UFRJ, professor Carlos Frederico Leão Rocha.

Na defesa (a íntegra do documento está disponível no site da AdUFRJ), as instituições argumentam que houve uma intervenção indevida do MPF, que não considerou “os cursos existentes, os calendários em execução, os perfis da comunidade acadêmica e as condições estruturais de cada uma para garantia sanitária no momento atual”.

O vice-reitor cita como exemplo — não observado na decisão

econômica.

O distanciamento seguro indicado pelos grupos de trabalho da universidade nos espaços de aulas práticas e trabalho é de 1,5 metro. A universidade recomenda que sejam evitados agrupamentos antes e após as aulas e que sejam escolhidos horários que ajudem a minimizar o contato entre diferentes grupos. Outra recomendação é que todos os espaços sejam desinfetados regularmente, a cada troca de turmas ou a cada intervalo, por exemplo. (Silvana Sá)

#OrgulhoDeSerUFRJ

UFRJ recorre contra decisão que impõe retorno presencial

> Defesa alega que TRF-2 desconsiderou as condições estruturais de cada instituição. Advogada da AdUFRJ reitera que universidade sequer foi ouvida pelo desembargador

KELVIN MELO E SILVANA SÁ
comunica@adufrrj.org.br

A UFRJ recorreu contra a decisão do desembargador Marcelo Pereira da Silva, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que determina a retomada das aulas presenciais. A apelação foi feita em conjunto com as demais instituições (Colégio Pedro II, Unirio, UFRRJ, Cefet e IFRJ) que são alvo da ação do Ministério Público Federal do Rio, no último dia 9.

O MPF, que teve o pedido rejeitado em primeira instância, no início do mês passado, argumenta que o “ensino remoto não mais se justifica”, diante do avanço da vacinação contra a covid-19 no estado.

A reitoria da UFRJ espera que o julgamento ocorra o mais rápido possível. “Estamos afirmando a necessidade de que haja celeridade, porque temos prazos, nosso calendário está correndo e há muitas coisas que não dependem de nós”, pontua o vice-reitor da UFRJ, professor Carlos Frederico Leão Rocha.

Na defesa (a íntegra do documento está disponível no site da AdUFRJ), as instituições argumentam que houve uma intervenção indevida do MPF, que não considerou “os cursos existentes, os calendários em execução, os perfis da comunidade acadêmica e as condições estruturais de cada uma para garantia sanitária no momento atual”.

O vice-reitor cita como exemplo — não observado na decisão

do desembargador — a política de assistência estudantil: “Precisaremos também de nova licitação para aumentar o fornecimento das refeições no Restaurante Universitário”, afirma.

As universidades e institutos federais, além do Pedro II, reforçam que não se opõem ao retorno ao ensino presencial, “mas pretendem fazê-lo com responsabilidade sanitária, pedagógica, administrativa, orçamentária e fiscal”.

A elaboração da peça de defesa coube à Advocacia-Geral da União e, segundo especialistas ouvidos pela reportagem, o documento pecou pela síntese. O primeiro recurso da AGU, ainda em primeira instância, contou com uma descrição mais detalhada das dificuldades encontradas para viabilizar o retorno presencial de cada uma das instituições de ensino citadas.

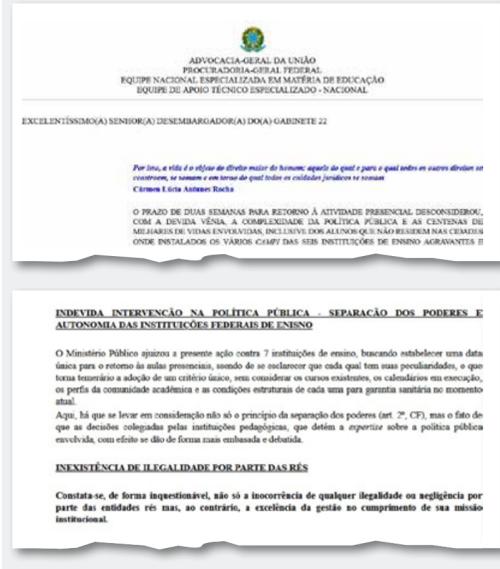
O subfinanciamento das universidades, questão gravíssima dos últimos anos, foi pouco abordado no atual documento. Já no primeiro recurso, datado de agosto, a UFRJ citou um pedido de suplementação orçamentária para compra de equipamentos de proteção individual e insumos para testagem no retorno de aulas práticas e trabalhos de campo. O valor, de R\$ 13 milhões, não foi atendido.

Questões externas às universidades também não foram contempladas no recurso. O campus da Cidade Universitária, por exemplo, também sofre com a limitação das linhas de ônibus. “Nem todas as linhas estão funcionando com a regularidade necessária para um retorno



“Esse retorno não vai ser simples. Já não seria de toda forma, mas, dessa maneira afobada, fica ainda mais complicado”, desabafa o vice-reitor da UFRJ

TRECHOS DO RECURSO



maneira afobada, fica ainda mais complicado. Teríamos melhores problemas, se pudessemos seguir com nosso planejamento original”, reconhece.

ENTIDADES NÃO FORAM OUVIDAS

Advogada da AdUFRJ, Ana Luisa Palmisciano lembra que as alegações dos trabalhadores não puderam ser ouvidas no processo até agora. “Num processo de tamanha complexidade e impacto na vida da comunidade acadêmica, é grave a não permissão, até o presente momen-

to, de ingresso das entidades no processo, que poderiam colaborar trazendo informações essenciais sobre as particularidades dos trabalhos nas instituições e suas vulnerabilidades”, explica.

Ainda não há uma data definida para o julgamento do recurso, que deverá ser realizado por uma Turma do TRF-2. A defesa solicita a reforma completa da decisão monocrática do desembargador, mas admite uma reforma parcial da decisão, “estabelecendo-se o retorno à atividade presencial no primeiro semestre letivo de 2022”.

FAMÍLIAS DO CAP CRITICAM MODELO HÍBRIDO E QUEREM RETORNO PRESENCIAL AMPLO

FACEBOOK DA APACAP



retorno gradual já foi ampliado e passará por nova ampliação nos próximos dias, tudo dentro do previsto no plano aprovado no Conselho Diretor (Condir)”, conta. “Nosso plano é voltar plenamente presencial em 2022. Este informe também foi dado

no Condir, no qual a Apacap tem assento. Todas as nossas decisões são discutidas e aprovadas no conselho, sempre”, afirma.

A diretora expõe algumas dificuldades para coordenar a atual fase do ensino híbrido: uma turma se transforma em duas. Além disso, há a opção de manter aulas totalmente remotas para as famílias que não confiam em mandar seus filhos presencialmente. “Assim, acabamos tendo três grupos numa mesma turma. O professor dá aula presencial durante três horas, depois vai para a sala de aulas remotas dar o conteúdo para quem está em casa. Faltam apenas três semanas para o encerramento do ano letivo de 2021, não faz sentido mudar o planejamento. São muitas vari-

áveis que precisam ser analisadas. Ainda há a dispensa do presencial por comorbidades, aprovada no Conselho Universitário e baseada na Instrução Normativa 90 do Ministério da Economia”.

Fátima também esclarece que não há previsão legal que ampare a manutenção de atividades remotas para o ano letivo de 2022. “Por lei, o ensino remoto está autorizado até o final deste ano e é o que vamos seguir, a menos que as condições sanitárias não permitam. Temos responsabilidade com o retorno pleno, mas também é preciso planejar caso esse retorno não possa acontecer por mudanças no quadro da pandemia”, finaliza. (Silvana Sá)

LEI DE COTAS ALTERA PERFIL DOS ESTUDANTES NA UFRJ

> Levantamento mostra que número de alunos pretos e pardos aumentou 71% entre 2013 e 2020. Mudança de perfil nas salas de aula é marcante, mas no corpo docente a diversidade ainda tem muito a avançar

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufrrj.org.br

Criada em 2012 e adotada pela UFRJ em 2014, a Lei de Cotas promoveu, numa das maiores universidades da América Latina, a mudança estrutural que faltava. Segundo um levantamento feito pelo portal de notícias G1, de 2013 para 2020 o número de estudantes autodeclarados pretos e pardos dentro da universidade aumentou em 71%. Se, em 2013 (um ano antes da adoção da lei pela UFRJ), as pessoas pretas e pardas eram minoria (21,3 mil), hoje elas são 36,6 mil, ocupando espaços científicos e administrativos dentro da universidade, que a cada dia aprimora estratégias para lidar com o racismo institucional, como a Câmara de Políticas Raciais e as Comissões de Heteroidentificação.

“A UFRJ foi uma das últimas universidades a aderir às cotas raciais. Num primeiro momento, ainda havia resistências, e também incompreensões. A academia se dividiu, houve manifestações contrárias e favoráveis. Ficou, durante um tempo, introjetada a questão meritocrática”, lembra Denise Góes, servidora que coordena a Câmara de Políticas Raciais. Para ela, o aumento de pessoas pretas e pardas na universidade ajudou a fazer crescer a consciência, de maneira geral, da importância da população afrodescendente ocupar espaços institucionais. “A entrada

de um jovem ou pessoa mais velha, negra, modifica e altera o *status quo*. O fato de estar pisando na universidade é muito importante, tem uma qualidade espetacular”, acredita.

Denise é uma das pessoas empenhadas em tornar o acesso pelas cotas justo, sem fraudes. Na experiência com as Comissões de Heteroidentificação, ela reconhece que ainda existem caminhos a serem buscados para aperfeiçoar a entrada de estudantes negros. “O caminho a percorrer é fazer da lei um instrumento que garanta a vaga, e das comissões um instrumento para o sujeito de direito. A autodeclaração continua sendo importante. É preciso que as políticas de assistência estudantil sejam aprofundadas. É uma dicotomia permitir o acesso e ceifar a assistência estudantil”, afirma a servidora. “A UFRJ, como maior da América Latina, tem que criar um plano B para garantir a expansão e aprofundamento das políticas de permanência. Senão é como ficar com sede no deserto”, completa.

DIVERSIDADE

O secretário geral da Associação de Pós-Graduandos (APG) e docente do CAP-UFRJ, Jorge Marçal, é um dos muitos beneficiados pela Lei de Cotas. “Fui de uma das primeiras turmas de cotas na Biologia. Entrei em 2015.1, e peguei o começo dessa discussão na universidade, o início da formação dos coletivos de estudantes negros”, conta. “Me marcou muito estar na universidade no início desta



MUDANÇA Nicolle diz que perfil dos alunos nas salas de aula mudou

experiência, porque as pessoas ainda estavam se adaptando, algumas discussões ainda estavam tomando força e eu pude participar dessas movimentações formando o coletivo de estudantes negros e negras da Biologia, que promovia eventos e fez parte do início da discussão das Comissões de Heteroidentificação”, completa.

Para Jorge Marçal, racismo institucional não é algo que se relaciona somente ao contexto interno das instituições, mas ao modo como as instituições respondem aos desafios que estão postos, de maneira geral, na sociedade. “O contexto político em que aprovamos as cotas raciais era outro, em relação ao que estamos agora. É um contexto de desmonte das universidades públicas e da assistência estudantil”, lembra. Jorge acredita que o reconhecimento institucional das pessoas pretas e pardas ainda precisa aumentar. “Nos conselhos superiores, ainda é uma presença negra muito tímida. Nas categorias docentes, essa representatividade ainda é menor. É uma discussão para se enfrentar com mais veemência”, reflete.

Na coordenação da APG, Jorge vê desafios no que considera o último reduto da universidade em que não se tem, de maneira institucionalizada para todos os programas da pós, as cotas raciais. “Temos que garantir que a Lei de Cotas continue existindo na reavaliação que será feita no ano que vem. A universidade precisa tomar isso como uma pauta sua, não só do movimento negro, dos coletivos”, considera. Em 2022, quando a lei completa dez anos, o Congresso Nacional vai rediscutir a legislação. Para ele, os dados do levantamento do G1 são cristalinos, e moscadinha o quanto a universidade mudou. “Havia também aquela preocupação com a redução da excelência da universidade, e isso não se concretizou. Os cotistas, de maneira geral, têm um desempenho melhor que os não cotistas”, diz. “Os dados mostram que as cotas são positivas para a universidade, e retirá-las seria um balde de água fria”, completa.

Prestes a se formar em Publicidade e Propaganda pela Escola de Comunicação, Nicolle Araújo sentiu o impacto da Lei de Cotas apenas quando ingressou na universidade, em 2017. “Antes de

fazer pré-vestibular e pensar em entrar na faculdade, não entendia muito bem a importância das cotas. Não sabia o real peso disso tudo. Depois que entrei, hoje, quase me formando, consigo sentir a importância das cotas serem inseridas no processo de admissão”, conta. “Por mais que eu tenha tido uma educação bem estruturada, tive o privilégio de estudar em colégios públicos muito bons, consigo ver que se não tivesse usado a cota, talvez não conseguisse entrar”, afirma. Nicolle reconhece que a mudança nas salas de aula é perceptível, mas acha que ainda há muito a ser melhorado. “Houve um aumento de diversidade, tanto no quesito renda como na raça, na universidade como um todo. Porém vejo muitas pessoas que usam o benefício de maneira errada, fraudadores, o que ainda dificulta a entrada de pessoas que realmente têm esse direito”, acredita.

O professor Vantuil Pereira, diretor do NEPP-DH e um dos idealizadores do Coletivo de Docentes Negros e Negras da UFRJ, também sente o impacto das cotas na sala de aula. Quando começou a lecionar na universidade, em 2010, havia apenas três alunos negros na matéria que ministrava no curso de Relações Internacionais. Hoje, a realidade é outra. “Há uma combinação das cotas com o Sisu e o Reuni. É um movimento que aconteceu todo junto e levou ao crescente aumento de alunos. Em termos de professores, também está acontecendo, mas em menor proporção. Uma coisa que percebo é que há um grande número de professores negros na universidade por conta do Reuni. Se agora temos cerca de 15% de professores negros, é por conta do Reuni, gente que saiu da pós-graduação entre 2005 e 2008, em um contexto de formação anterior às cotas. E agora temos essa feliz combinação, quando comparamos com o número de alunos”, diz.

Presidente, a honradez vale mais que a honraria

> Bolsonaro faz dois expurgos políticos na lista de agraciados com a Ordem Nacional do Mérito Científico e gera forte reação da comunidade científica

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

O governo Bolsonaro fez mais um ataque à Ciência brasileira, e recebeu uma resposta à altura da comunidade científica.

Depois de o governo voltar atrás na nomeação dos pesquisadores Adele Schwartz Benzaken e Marcus Vinícius Guimarães de Lacerda para a Ordem Nacional do Mérito Científico, cientistas de todo o país se reuniram para condenar publicamente os expurgos. Na UFRJ, o movimento foi organizado pelos professores eméritos, que publicaram uma carta (ao lado, na íntegra) em repúdio à exclusão dos dois pesquisadores da lista de agraciados.

Adele Benzaken era diretora do Departamento de Vigilância Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais do Ministério da Saúde, e foi desligada em janeiro de 2019, por ter sido a responsável pela elaboração de uma cartilha destinada a pessoas trans. Marcus Lacerda foi um dos primeiros brasileiros a pesquisar o uso de cloroquina contra a covid-19, e suspendeu o estudo depois de verificar que o medicamento aumentava o risco de problemas cardíacos. A comunidade científica acredita que essas são as razões para o governo ter recuado na honraria aos dois pesquisadores.

Professor emérito da UFRJ e diretor da AdUFRJ, Ricardo Medronho disse que a carta é um reflexo da revolta da comunidade científica. Assinada até o fechamento desta edição por 57 professores eméritos, a carta é dura ao afirmar que a atitude de Bolsonaro, tratada como indigna, é “marca de governos autoritários, condizente com o negacionismo do atual governo”. Para Medronho, a revolta da comunidade científica é justa. “Estes pesquisadores foram excluídos meramente por perseguição política, porque suas pesquisas não estão em acordo com o pensamento do atual presidente da República”, defendeu ele na reunião do Consuni de quinta-feira (11). O conselho aprovou uma moção de solidariedade aos pesquisadores excluídos, apresentada por Medronho.

A Ordem Nacional do Mérito Científico, fundada em 1993, tem como finalidade homenagear personalidades que “se distinguiram por suas relevantes contribuições prestadas à Ciência, à Tecnologia e à Inovação”. A indicação dos membros é feita por uma comissão formada por três membros do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação, três indicados pela Academia Brasileira de Ciências e três integrantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A admissão na ordem é prerrogativa do presidente da República.

“O trabalho que a comissão faz é técnico, e garante que os agraciados são escolhidos pelo mérito científico deles”, explicou o professor Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências e professor

CARTA ABERTA DOS PROFESSORES EMÉRITOS DA UFRJ EM REPÚDIO À CASSAÇÃO DE HOMENAGEM A CIENTISTAS

Os Professores Eméritos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, abaixo assinados, vêm a público expressar a sua indignação e repudiar a injusta exclusão dos cientistas Adele Schwartz Benzaken e Marcus Vinícius Guimarães de Lacerda da lista de agraciados com a Ordem Nacional do Mérito Científico. Os seus nomes foram indicados por uma comissão paritária de membros do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Academia Brasileira de Ciências (ABC) e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o que garante que sua escolha se dê em virtude de seu mérito científico, fora de toda e qualquer injunção política.

Em decreto de 3 de novembro de 2021, o atual ocupante do Palácio do Planalto publicou a lista dos agraciados com a honraria e, em 5 de novembro de 2021, o Presidente da República, surpreendentemente, fez publicar novo decreto excluindo os dois cientistas acima mencionados, por pura

perseguição política.

Essa atitude indigna é marca de governos autoritários, condizente com o negacionismo do atual governo, que, durante a pandemia de Covid-19, se posicionou e agiu contra todas as recomendações científicas dos especialistas em saúde pública do país. Somado a isso, cortes financeiros abusivos vieram sufocar o financiamento de universidades e centros de pesquisa brasileiros, mostrando a sua total falta de visão e desprezo pela ciência e pelo próprio desenvolvimento do país.

Assim, prestamos nossa solidariedade aos cientistas Adele Schwartz Benzaken e Marcus Vinícius Guimarães de Lacerda, excluídos da lista de agraciados por motivos políticos, bem como aos 21 (vinte e um) cientistas que renunciaram coletivamente às suas indicações. Estes 21 colegas deixaram muito claro que não se troca honradez por honrarias.

Rio de Janeiro, 6 de novembro de 2021

Adalberto Ramón Vieyra
Adelaide Maria de Souza Antunes
Andrea Viana Daher
Alda Judith Alves Mazzotti
Alice Rangel de Paiva Abreu
Ana Ivenicki
Anita Dolly Panek
Antônio Carlos Secchin
Antonio Flavio Barbosa Moreira
Antonio Giannella-Neto
Arthur Octavio de Ávila Kós
Basílio de Bragança Pereira
Cláudio Costa Neto
Dinah Maria Isensee Calou
Erasmo Madureira Ferreira
Francisco Antônio de Moraes Accioli Dória
Francisco Radler de Aquino Neto
Gilberto Barbosa Domont
Helio dos Santos Migon
Henrique Murad
Jayme Luiz Szwarcfiter
João Luiz Maurity Saboia
José Murilo de Carvalho
Jose Mauro Peralta
Krishnaswamy Rajagopal
Liu Hsu
Luiz Bevilacqua
Luiz Felipe da Silva
Luiz Davidovich

Luiz Felipe Alvahydo de Ulhoa Canto
Luiz Pereira Caloba
Luiz Pinguelli Rosa
Marcello André Barcinski
Márcio Tavares d’Amaral
Maria Angela Dias
Maria Antonieta Rubio Tyrrell
Marieta de Moraes Ferreira
Mario Luiz Possas
Martin Schmal
Muniz Sodre Cabral
Nei Pereira Junior
Nelson Albuquerque de Souza e Silva
Nelson Maculan Filho
Nelson Spector
Nelson Velho de Castro Faria
Nizia Maria Souza Villaça
Nubia Verçosa Figueiredo
Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho
Raquel Paiva de Araújo Soares
Ricardo de Andrade Medronho
Roberto Lent
Sandoval Carneiro Junior
Sergio Augusto Pereira Novis
Takeshi Kodama
Vivaldo Moura Neto
Walter Araujo Zin
Yvone Maggie de Leers Costa Ribeiro

essa indicação”, diz outro trecho. Dois pesquisadores da UFRJ foram indicados para receber a honraria, ambos do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF): Fernando Garcia de Mello e Patricia Rieken Macedo Rocco. Fernando se juntou aos demais cientistas que recusaram a honraria.

PERSEGUIÇÃO

Para o pesquisador Marcus Lacerda, o movimento dos cientistas é uma tentativa importante de se contrapor diretamente à política do governo. “É triste como intervenções políticas no mérito estão gerando problemas. Não só na Ciência, mas na Saúde, como na pandemia, e na Educação. Isso mostra claramente que a política está se colocando acima do mérito em todas as áreas”, avaliou o professor. “É um absurdo que no momento em que o país está em crise e precisa mais de conhecimento estratégico, a Ciência seja apagada como tem sido”.

Não foi o primeiro ataque pessoal que Lacerda sofreu. Quando seu estudo sobre a cloroquina foi publicado, no ano passado, ele recebeu ameaças de morte de seguidores de Bolsonaro na internet. “Algumas pessoas acreditaram nessa grande fake news e que eu tinha matado pessoas de propósito com altas doses de cloroquina. Recebi uma avalanche de ameaças de morte, e esses ataques aconteceram imediatamente após a declaração do deputado Eduardo Bolsonaro de que o estudo precisava ser investigado, que tinha matado pessoas”, relatou o cientista, que chegou a precisar de escolta armada da Polícia Militar do Amazonas por dez dias.

OUTRAS MANIFESTAÇÕES

Mais de 270 cientistas e personalidades que já receberam a comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico também divulgaram uma carta de protesto. O professor Ildeu de Castro Moreira, ex-presidente da SBPC e um dos organizadores da carta, criticou a postura do governo. “Estamos voltando à censura ditatorial. O autoritarismo e o arbítrio não cabem no Brasil, e a comunidade científica está se manifestando contra isso”, explicou Ildeu, que ainda fez um alerta para os demais setores da sociedade civil. “O cerceamento acontece primeiro em setores que se pronunciam mais junto ao público, como cientistas, jornalistas e artistas, mas isso se espalha e passa a ser uma censura à sociedade inteira”.

Outra manifestação foi organizada por ex-reitores de universidades federais, que também criticaram o que chamaram de “ingerência presidencial na liberdade de cátedra”, o que afronta a Constituição. Um dos mais de 50 signatários da carta é Nelson Maculan, ex-reitor da UFRJ. “Acho que o país tem reagido muito pouco, é importante essa reação para fazer avançar essas discussões. Nós representamos a Ciência do país, temos responsabilidades e precisamos dar exemplo”, defendeu Maculan.

NOTAS

PARQUE TECNOLÓGICO DA UFRJ INAUGURA INOVATECA

O Parque Tecnológico da UFRJ inaugurou, no dia 10, a Inovateca, um espaço dedicado ao empreendedorismo e à inovação, onde o meio acadêmico e instituições do setor privado vão se encontrar através das mais diversas atividades e interações. A Inovateca abrigará aulas, palestras, workshops, atendimentos, eventos, treinamentos, capacitação e realização de várias outras atividades. Com operação híbrida, o novo espaço funcionará fisicamente e virtualmente, através de plataforma online. As atividades poderão ser realizadas nos dois modelos, possibilitando que todos participem. “Espero que a Inovateca seja um marco da retomada pós-pandemia para todo o ecossistema de inovação da UFRJ”, afirma Vicente Ferreira, diretor do Parque Tecnológico.

SBPC COBRA DO MEC RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DO INEP

A SBPC criticou o desmonte do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A instituição é responsável pelo monitoramento das condições de oferta educacional (com os censos da educação básica e superior), da qualidade dessa educação (com as avaliações da educação básica e superior, e com as políticas de ingresso para o ensino superior público e privado, por meio do Enem). “A instabilidade trazida ao Inep neste particular momento por conflitos internos pode ter consequências danosas não apenas às atividades avaliativas do Inep, mas para a sociedade brasileira, que sempre confiou nas atividades há longo tempo desempenhadas com qualidade pela instituição”, diz nota divulgada esta semana. A SBPC cobra do MEC pela restituição da normalidade ao instituto.

ADEUS A MARCIA DAMASO: A LINGÜÍSTICA ESTÁ DE LUTO

A Associação Brasileira de Linguística divulgou nota de pesar pelo falecimento da professora Marcia Damaso Ribeiro, no dia 1º de novembro. Marcia era integrante permanente do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ e do Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas do Museu Nacional. “A Linguística e mais especificamente a subárea de Línguas Indígenas perde muito”, diz um trecho da nota. A docente também era muito querida por todos, assinala outra parte: “De caráter, afabilidade e inteligência raros. Muito a lamentar. Estamos muito tristes”. Maria Carlota Rosa, professora titular da Faculdade de Letras, lamentou a perda da colega em sua página pessoal: “Sua expertise em línguas indígenas fará falta; mas seu sorriso e bom humor farão muito mais”.

contribuições prestadas à Ciência, à Tecnologia e à Inovação”. A indicação dos membros é feita por uma comissão formada por três membros do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação, três indicados pela Academia Brasileira de Ciências e três integrantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A admissão na ordem é prerrogativa do presidente da República.

“O trabalho que a comissão faz é técnico, e garante que os agraciados são escolhidos pelo mérito científico deles”, explicou o professor Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências e professor

emérito da UFRJ. “Não podemos dizer que os dois cientistas se opuseram ao governo, eles foram excluídos da lista porque fizeram Ciência. Então certamente foi uma atitude autoritária”, defendeu o professor.

Signatário da carta dos professores da UFRJ, Davidovich defende que a comunidade científica deve se manifestar com vigor. “Reagir contra isso é importante e necessário. É preciso cortar essa escalada autoritária antes que seja tarde demais”, salientou.

INDICADOS RECUSAM PRÊMIO

Um grupo de 21 cientistas indicados para receber a comenda

também se manifestou publicamente, recusando o prêmio e publicando uma carta. “Não compactuamos com a forma pela qual o negacionismo em geral, as perseguições a colegas cientistas e os recentes cortes nos orçamentos federais para a Ciência e Tecnologia têm sido utilizados como ferramentas para fazer retroceder os importantes progressos alcançados pela comunidade científica brasileira nas últimas décadas”, diz um dos trechos da carta. “Em solidariedade aos colegas que foram sumariamente excluídos da lista de agraciados, e condizentes com nossa postura ética, renunciamos coletivamente a



Essa coluna, que estreia hoje, passa ser publicada quinzenalmente no **Jornal da AdUFRJ**



MAYRA GOULART

Vice-presidente da ADUFRJ, professora de Ciência Política e de Yoga

EQUILÍBRIO



EM-VINDOS!



■ Esse é um espaço para conversarmos sobre nosso bem-estar físico e mental. Um espaço de acolhimento, reconforto, mas, também, de autorreflexão e transformação. Uma transformação pela reconexão, com nosso corpo, nossa mente, sentimentos, medos, traumas, sem, contudo, cair na falácia da dualidade entre nós e o outro, entre indivíduos e natureza, homem e mundo, corpo e mente.

■ Vamos falar sobre equilíbrio, sobre uma outra forma de entendê-lo, que destoa da tradição ocidental que nos forma e para a qual contribuimos enquanto intelectuais.

■ Pensar no Ocidente como um sujeito relativamente coeso em termos de uma unidade capaz de ter uma origem e uma estrutura ética comum é um esforço fadado ao fracasso. São múltiplas histórias, origens, percursos e assimetrias. Não obstante, é possível situar as fundações éticas do pensamento ocidental na cultura helenística, enquanto esboço de uma paideia construída desde o período homérico, passando pelo período clássico, sendo possível observar no amálgama formado pelo aristotelismo, em geral, e pela doutrina do mesotês (justo meio), em particular, como o fator determinante para constituição de um substrato ético e político comum.



Um ponto de vista no qual o sofrimento é visto como algo constitutivo da vida, sem que isso se desenvolva em uma postura quietista com relação a ele.

■ Essa doutrina, que situa a virtude como o meio estático de um *continuum* em cujos extremos estão o excesso (hipérbole) e a falta (elleipsis), combina elementos presentes nas contribuições de poetas e pensadores que o precederam para os quais os excessos já eram associados à degeneração, à crise e à violência, sendo a ideia de moderação o antídoto para os males causados por esses vícios. Nas artes, ainda no século V, surge a ideia de que a determinação da beleza passaria por estabelecer uma linha mediana. Na mitologia, esse substrato ético surge na figura de uma divindade, Aidos (Aedos), que seria a personificação da modéstia, do pudor e do respeito, cuja principal qualidade seria a capacidade de se conter. Na medicina, essa mesma ideia aparece nas recomendações de Hipócrates (aproximadamente 460-377 a.C.) acerca da moderação no consumo de comida e bebida. Ao longo dos milênios que nos separam da antiguidade, essa disposição de medicalizar o sofrimento, o trágico, o desconforto, entendendo-o como doença, só se agravou, mediante a criação de padrões e expectativas cada vez mais inalcançáveis.

■ Na tradição budista, o termo utilizado para expressar uma atitude mental de equilíbrio é *Tatramajjhataṭṭā*, traduzido por equanimidade, cujo núcleo semântico é a imparcialidade, o desapego. Diferentemente da abordagem ocidental, que tem na moderação um imperativo que rejeita os extremos, na filosofia budista o excesso e a falta, o choro e o riso, o sucesso e o fracasso são aceitos como inexpugnáveis e, mais do que isso, como estados necessariamente impermanentes. Deste modo, enquanto mentes ocidentais, fomos educados a buscar uma conduta e uma vida de equilíbrio como estratégia para evitar o sofrimento e alcançar o sucesso, acreditando que estes seriam estados permanentes, uma vez alcançados viveríamos uma vida sem frustração, sem dor.

■ Esta coluna buscará apresentar um outro ponto de vista, no qual o trágico e a dor não serão abordados (ou diagnosticados, o que é ainda mais grave) como resultado de uma conduta desequilibrada, doentia ou inadequada, como desvios de percurso. Acreditamos que este entendimento só aumenta o sofrimento, incluindo nele uma relação em cascata que a ele acrescenta outros sentimentos como culpa, vergonha, frustração e ansiedade.

■ Um ponto de vista no qual o sofrimento é visto como algo constitutivo da vida, sem que isso se desenvolva em uma postura quietista com relação a ele. Ao contrário, nosso objetivo aqui será discutir formas de reduzi-lo através de práticas que aumentem nossa conexão com o mundo, com nosso corpo e mente, mas, sobretudo, que estimulem nossa consciência.

